

cabe, no seu plano, fixar-lhe o ordenamento estrutural a par de cumprir finalidade relevante. O Brasil padece, hoje, das deficiências do chamado Direito comum, direito em crise, é verdade, e a determinação do espírito do sistema é o que regula as relações sociais, aquele que promove o bem comum, o promovido pelas pessoas “enquanto associadas em uma ação conjunta do seu meio” como acentua Francisco Amaral, citando dentre outros, Ebberhad Welty, Hans Heckel. (*in Direito Civil Brasileiro – Forense 1991*).

A codificação não é incompatível com a complementação através de leis extravagantes que atendam as novas realidades do mundo e do Brasil, como têm feito países civilizados e como aconselha Clóvis Beviláqua.

O Direito comum é o Direito Civil, o que regula e disciplina interesses, previne conflitos, regula os direitos de família e os direitos de propriedade, hoje tão complexos em suas implicações sobre a vida social.

Na sessão deste Instituto, de 7 de setembro de 1845, Carvalho Moreira, que foi seu segundo presidente, conclamara, em documento histórico que deve ser memorado, o Instituto a lutar pela codificação civil: “(...) concluirei este já extenso e desalinhado discurso com o anelo” que sobre tal assunto, fez há dois anos, o nosso meritíssimo presidente (...) aberto está ao nosso Instituto o vasto campo dos melhoramentos de nossa legislação. Sim, as luzes e o patriotismo para a reforma de nossa legislação; mas a incoativa para codificação dessas leis civis e a criação de um código de processo (...)” (*in Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, ano 1 tomo L, 1862).

Como bem acentuou, em seu discurso de posse neste Instituto, o eminente Presidente Ricardo Pereira Lira, há que tentar renovar o Direito, e “nisso o Legislativo tem função relevante, na elaboração das leis necessárias. Para isso é preciso que a lei tenha essa função transformadora fundada no *opinio necessitatis*, e essa função seja compreendida por um Judiciário atento a receptivo às mudanças sociais” (Discurso *in Revista do IAB* nº 79, 1º semestre de 1993).

É o apelo que nos permitimos dirigir a este egrégio Colegiado, com a Indicação que temos a honra de submeter ao seu alto julgamento, em caráter de urgência.

NOTÍCIAS

Homenagem ao ex-presidente Eugênio Roberto Haddock Lobo

Orador oficial: Ernâni de Paiva Simões

Ao romper com a tradição de que só o novo presidente do IAB deve saudar o ex-presidente, por ocasião da inauguração de seu retrato, o iconoclasta Ricardo Pereira Lira proporcionou-me a esplêndida mas impossível tarefa de, em escassos dez minutos, fazer o elogio de Haddock Lobo, nosso fraternal amigo de quase 30 anos, no momento em que posa para a perenidade.

Afinal Haddock, homem de extraordinário espírito público, foi tudo o que um advogado pode alcançar em termos de servir a seus pares: presidente da Seccional, presidente do IAB, participante eterno, como examinador, dos concursos públicos para a Magistratura do Trabalho, jurista e ensaísta do Direito do Trabalho, da Deontologia Jurídica, do Direito Econômico e do Constitucional, advogado combativo em tempos arbitrários e difíceis.

Suas gestões na OAB e IAB caracterizaram-se pelo trabalho incansável em prol do advogado e na defesa da ordem jurídica constituída.

Este é o testemunho até de inúmeros adversários políticos que, ao início de sua gestão, se sentiam temerosos de algum radicalismo,

natural em homem de convicções, mas que logo se renderam diante do espírito público e do respeito à diversidade de opiniões, características indiscutíveis desse servidor que é o nosso homenageado de hoje.

A escolha do Ricardo Pereira Lira obviamente não se baseou no fato de ser eu o orador oficial do Instituto.

Certamente foi levado em conta o fato de sermos, eu e o homenageado, oriundos da mesma Escola e nos constituirmos, na verdade, herdeiros espirituais de Leônidas de Rezende, Hermes Lima, Joaquim Pimenta e Castro Rebello, monstros sagrados que ali brilharam a partir da década de 30, em tempos borrascosos do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Além de membros dessa família sociológica, constituída por todos esses saudosos juristas, poderia dizer que, tendo entrado para a Faculdade no prédio do velho Senado do Campo de Santana, tornei-me logo herdeiro cultural do conterrâneo admirável Francisco da Costa Netto, meu ídolo da juventude no Ginásio Municipal de Alegre.

Através de Costa Netto, que me proporcionou as primeiras aulas de filosofia, cheguei a Haddock, colega de trabalho do conterrâneo, que com ele formaria um dos mais notáveis escritórios especializados em Direito do Trabalho do Brasil, a partir dos anos cinquenta.

Dos dois recebi profundas influências que até hoje me fazem um empedernido adversário de kelzenianos e positivistas jurídicos, os quais esquecem o caráter epifenomênico e superestrutural da Ciência Jurídica.

Com o pai espiritual de Costa Netto e Haddock Lobo, professor Leônidas de Rezende, na velha Nacional de Direito, hoje tão decadente, vivíamos tempos gloriosos do pós-guerra, em que a ciência parecia revolucionar os fundamentos estruturais e éticos do mundo em que fôramos condenados a viver, para usar a expressão célebre de Castro Rebello.

Com Leônidas, Castro, Hermes e Pimenta voávamos, então, nas asas da utopia socialista, aprendendo que a Ciência é afinal una e inteiriça e só se cinde por necessidades didáticas; que há mudanças de quantidade que são mudanças de qualidade; que, para raciocinar, imaginamos um mundo de fixismo, mas que na verdade se move a velocidades fantásticas rumo a destino ignorado; que a Ciência se classifica em termos de generalidade decrescente e complexidade

crescente: do geral para o particular; do simples para o complexo, lição favorita do velho Leônidas, haurida no mestre francês que aluno nosso, despreparado de conhecimentos, nesses tempos em que cessou a influência da cultura francesa, chamaria jocosamente de AUGUSTO COMANDANTE.

Posteriormente à Faculdade, embora à certa distância, por ter eu aderido, por razões meramente circunstanciais, a um Direito eminentemente burguês, acompanhei o progresso intelectual e cultural de Haddock, sempre de parceria com seu irmão espiritual, o conterrâneo Costa Netto, na defesa de trabalhadores.

Ainda agora, ao presenciar, entre os colegas que me cercam, velhas figuras da Faculdade Nacional de Direito, sinto-me como se ainda estivesse em reunião do CACO ou do MOVIMENTO DE REFORMA no início dos anos cinquenta. Ou ouvindo Costa Netto, com Rui Cordilheira, no Teatro Municipal em dezembro de 1949.

Voltamos a nos encontrar, eu e Haddock, semanalmente a partir de 1984, ano de meu tardio ingresso no Instituto.

Colaborei em suas duas eleições, uma frustrada, e em sua administração, mesmo sem fazer parte da diretoria de então.

Juntos fizemos grandes coisas, como o Simpósio de Direito Constitucional nos salões do Jockey Club, um sucesso intelectual e social.

Vividos quase 40 anos de advocacia, mudou o mundo, ao provar-se que o planejamento econômico global da URSS é incompatível com a liberdade individual, como já o notara no século passado o gênio de Dostoiewski: "quando o Estado dá o pão, retira a liberdade." Com a implosão do estado soviético e a morte da utopia socialista, continuamos, porém, a sonhar.

Como dizia Renan, o homem é naturalmente medíocre e só vale alguma coisa quando sonha.

O capitalismo continua essencialmente egoísta, como já o asseverara Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*, há mais de 100 anos (1891).

Planejamento econômico corretor das forças do mercado, sem eliminar a liberdade individual, eis o sonho que nos ficou da lição dos grandes mestres da Faculdade Nacional de Direito. O socialismo possível, a que se referiu Norberto Bobbio.